



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA E OUTROS 2)

DESARQUIVADO

ASSUNTO:

Dispõe sobre a dedução do lucro tributável para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas com salários de empregados deficientes físicos ou menores de idade, desde que comprovadamente carentes.

DESPACHO: 10.04.96: APENSE-SE AO PL 3.845/93.

A O A R Q U I V O em 06 de MAIO de 19 96

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º

1.750

DE 19

96



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 1.750, DE 1996
(DO SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA E OUTROS 2)



Dispõe sobre a dedução do lucro tributável para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas com salários de empregados deficientes físicos ou menores de idade, desde que comprovadamente carentes.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.845, DE 1993)

GER 3.21.01.007-8 (DEZ./94)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - As pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fins do Imposto sobre a Renda, pelo prazo de 10 (dez) anos, o dobro das despesas com salários de empregados deficientes físicos, ou menores de idade, desde que comprovadamente carentes.

Parágrafo 1º - A dedução a que se refere este artigo não poderá exceder, em cada exercício financeiro, a 10% (dez por cento) do lucro tributável.

Parágrafo 2º - O eventual excesso das despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente poderá ser transferido para dedução nos dois exercícios financeiros subsequentes.

Art. 2º - Para fazer jus à dedução prevista no artigo anterior, a pessoa jurídica beneficiária deverá observar as seguintes condições:

I - fazer as contratações através de entidades públicas ou privadas de assistência ao deficiente físico e ao menor abandonado ou em situação de risco pessoal ou social;

II - garantir aos contratados jornada de trabalho reduzida, programas de treinamento, auxílio transporte e alimentação;



III - exigir e fiscalizar a frequência à escola do empregado menor;

IV - não haver demitido nenhum empregado, com função idêntica a dos novos contratados, nos últimos seis meses;

V - limitar em 10% (dez por cento) os gastos da folha de pagamento com tais contratações.

Art. 3º - Qualquer irregularidade na aplicação desta lei, sujeitará a pessoa jurídica beneficiária da dedução à perda do respectivo incentivo fiscal e às penalidades cabíveis.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

A enorme desigualdade social prevalente no País, que gera fome, miséria e condições sub-humanas de vida para parcelas cada vez maiores de nossa população, está a exigir uma pronta resposta da sociedade, notadamente dos legisladores, em diversas áreas, para se tentar minimizar o problema, antes mesmo da retomada do nosso crescimento econômico.

No programa de governo do então candidato à presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, constam os seguintes e preocupantes dados:

- em 1990, de um total de 60 milhões de menores na faixa até 17 anos, cerca de 15 milhões pertenciam a famílias pobres, sem renda suficiente para satisfazer suas necessidades básicas;

- nas áreas urbanas não metropolitanas existem 5 milhões de pobres menores de 18 anos, mais do que o dobro do total encontrado nas áreas metropolitanas, onde existem quase 2 milhões de crianças e adolescentes em situação de pobreza;



- a cada hora morrem 30 crianças com menos de um ano no Brasil e, de cada dez crianças brasileiras, seis com menos de um ano vivem em locais sem saneamento básico e mais de 15% das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição crônica;
- de acordo com a ONU, 10% dos brasileiros nascem com, ou adquirem ao longo de sua vida, deficiências de ordem mental, motora ou sensorial;
- somente 3% dos portadores de deficiência recebem algum tipo de apoio do Estado, permanecendo os 97% restantes como encargo exclusivo da família ou de instituições beneficentes privadas;
- as famílias que possuem uma pessoa portadora de deficiência apresentam uma tendência maior à desintegração e pelo menos um dos seus membros, a mãe em geral, fica impedido de trabalhar ou de fazê-lo em tempo integral;
- considerando-se as estatísticas da ONU, podemos imaginar que 15 milhões de brasileiros são portadores de deficiência;
- segundo a ONU, o custo da manutenção de uma pessoa portadora de deficiência é de US\$ 50,00, mensais ou US\$ 600,00 ao ano. multiplicando-se essa quantia pelo número de brasileiros deficientes, chega-se à cifra de US\$ 8,82 bilhões anuais.

O presente projeto objetiva minorar este angustiante quadro, sugerindo soluções que não acarretarão a substituição da atual força de trabalho das empresas, tendo em vista as rigorosas condições que estabelece para que tais contratações venham a ser efetivadas, como descrito em seu artigo 2º.

Esperamos, pois, que os nossos pares se mostrem sensíveis, e aprovelem a medida ora submetida ao exame do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1996.

Deputado **José Carlos Vieira** (PFL-SC)

Deputada **Vanessa Felippe** (PSDB-RJ)

Deputado **Rivaldo Macari** (PMDB-SC)